

ANEXO 10

CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS AO PODER CONCEDENTE E, SE O CASO, TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS

1. Conceitos Básicos

- 1.1. Este ANEXO tem por objetivo definir as condições fundamentais para a DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE e/ou para TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS pela CONCESSIONÁRIA à SUCESSORA, no todo ou em parte.
- 1.2. Para fins de cumprimento do disposto neste ANEXO, as menções e regramentos referentes à DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS aplicam-se, também, em caso de TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS para futura SUCESSORA.
- 1.3. Todas as menções à TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS serão aplicáveis se, a qualquer momento antes do término da CONCESSÃO PATROCINADA, houver processo licitatório já finalizado e, portanto, com vencedor declarado, que tenha por objeto o todo ou parte do SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 1.4. O presente ANEXO estabelece as exigências técnicas referentes ao estado de conservação/manutenção/operação para cada uma das estruturas existentes dentro do SISTEMA DE TRAVESSIAS no fim do PRAZO DA CONCESSÃO.
 - 1.4.1. A CONCESSIONÁRIA, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter os INDICADORES DE DESEMPENHO e o cumprimento de demais obrigações contratuais durante o PRAZO DA CONCESSÃO, deverá devolver e/ou transferir o SISTEMA DE TRAVESSIAS em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e/ou transferência, além de vidas úteis remanescentes e parâmetros de idade compatíveis com o disposto nos ANEXOS, especialmente ANEXO 3.
- 1.5. Todo o SISTEMA DE TRAVESSIAS deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita observância às normas, instruções de projeto, portarias e aos padrões da ARTESP, DNIT, ABNT, Marinha do Brasil e NORMAM 02-DPC, nesta ordem, que estejam vigentes à época da extinção da CONCESSÃO PATROCINADA e, subsidiariamente, às normas internacionais correlatas para sistemas de características similares vigentes, sempre visando ao atendimento do disposto no ANEXO 3, bem como aos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 1.6. As especificações descritas a seguir devem ser entendidas como condições mínimas para a DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS e/ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS e terão, ainda, como subsídio fundamental, os Memoriais Descritivos e Projetos Referenciais do SISTEMA DE TRAVESSIAS, disponíveis para consulta perante a ARTESP ou PODER CONCEDENTE.

2. Descrição das Condições

2.1. Terminais e estaleiros

- 2.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, por meio do PLANO ANUAL DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO, no que tange a infraestrutura de TERMINAIS e ESTALEIROS, nos termos do ANEXO 3, garantir cumprimento das normas vigentes da ARTESP e da ABNT, nesta ordem, quanto às condições de segurança estrutural,

funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.

2.1.2. Os relatórios que instruirão o procedimento de DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, descritos neste ANEXO, deverão atender para as seguintes condições mínimas:

- i. Infiltrações: os tabuleiros deverão estar estanques, não permeando água através de sua estrutura, e a drenagem superficial na estrutura e acessos (encontros) funcionando conforme previsto em projeto;
- ii. Fissuras: as estruturas de concreto armado e/ou protendido não deverão apresentar fissuras, decorrentes de falhas de concretagem, efeitos térmicos ou mau uso da estrutura. Como parâmetro de aceitação, as fissuras deverão se apresentar conforme previsto em projeto;
- iii. Juntas de dilatação: deverão ser contínuas, sem falhas que possibilitem infiltrações, não poderão estar encobertas pelo pavimento, com esmagamentos ou aberturas além dos limites previstos em projeto;
- iv. Aparelhos de apoio: aparelhos do tipo neoprene não deverão se apresentar soltos ou fora do lugar de carregamento previsto, distorcidos, fora de norma, parcialmente carregados, com frestas expostas e/ou corroídas, com camadas de neoprene abauladas, ressecadas ou revestimentos dilacerados, sem funcionalidade garantida. No caso de aparelhos metálicos, não deverá existir corrosão. Sua localização deverá estar sempre garantida principalmente em aparelhos unidirecionais e suas movimentações características deverão estar também garantidas para o seu bom funcionamento. No caso da existência de "TEFLON", o material deverá estar em condições especificadas em projeto;
- v. Corrosão de aço: No caso de estrutura em concreto armado, protendido, metálico e/ou mista, deverá ser mantido um estado da obra que garanta o não aparecimento e evolução desta anomalia. Desta maneira, não se deverá ter também armaduras expostas, cablagem sem injeção de nata e nem estruturas metálicas expostas a ambientes incompatíveis com sua natureza, incluindo obras submersas;
- vi. Limpeza sob os TERMINAIS e ESTALEIROS : na região da sua projeção e dos encontros, a obra deverá estar limpa e desmatada;
- vii. Drenagem sob os TERMINAIS e ESTALEIROS: qualquer poço ou veio d'água deverá estar drenado, sem prejuízo às fundações, meso, superestrutura e encontros;
- viii. Encontros das estruturas: deverá ser garantida a conformação de chegada do pavimento às rampas e pontes de acesso;
- ix. Lajes de aproximação: não deverão apresentar descalçamentos, nem rotações que provoquem aberturas de juntas além das especificadas em projeto, de modo que os encontros não deverão permitir deslocamentos e/ou esforços na estrutura de obra, que não tenham sido previstos na sua concepção e

dimensionamento;

- x. Aterro dos Encontros: todos os aterros de aproximação das pontes de embarque e das passarelas de acesso deverão estar devidamente protegidos de forma que não descalcem peças da meso ou infraestrutura que dependam deste suporte;
- xi. Iluminação e telamentos de segurança: deverão estar íntegros e em funcionamento, conforme as disposições editalícias e contratuais;
- xii. Condições dos materiais constituintes dos TERMINAIS e ESTALEIROS: os materiais deverão garantir as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e conforme as exigências técnicas do projeto estrutural específico da obra.

2.1.2.1. Para as instalações prediais deverão ser seguidas todas as recomendações de manutenção e conservação constantes do CONTRATO, garantindo a estanqueidade dos telhados, coberturas, reservatórios de água sem a ocorrência de infiltrações, não permeando água através de sua estrutura, e, ainda, garantindo o pleno funcionamento do sistema de drenagem definido em projeto.

2.1.2.2. Para as redes de serviços de água, esgoto e drenagem, da mesma forma, deverão ser seguidas todas as recomendações de manutenção e conservação constantes do CONTRATO, garantindo o seu pleno funcionamento e desempenho, conforme definido nas especificações técnicas e operacionais do projeto entregue pela CONCESSIONÁRIA.

2.2. Sinalização

- 2.2.1. A sinalização deverá estar atualizada e compatível com as modificações de acessos, ou outras vias de acesso implantadas ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.

2.3. Dispositivos de segurança

- 2.3.1. Quando da DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, os dispositivos de segurança deverão atender às especificações a que se submetem.

2.3.1.1. As defensas metálicas não poderão apresentar pontos de amassamento, rompimento e descontinuidade.

2.3.1.2 As barreiras de concreto não deverão apresentar descontinuidades e a estrutura deverá estar isenta de grandes fissuras, de armaduras expostas ou corroídas e de pontos com desagregação do concreto.

2.3.1.3 A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir todos os bens do SISTEMA DE TRAVESSIAS com dispositivos tecnologicamente atualizados, nos termos do CONTRATO, compatíveis com as alterações físicas que venham a ocorrer ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, em plenas condições de operação.

2.4. Equipamentos, embarcações e sistemas de controle

- 2.4.1. Para a DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS e/ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS deverão ser considerados os quantitativos e sistemas em operação para o devido cumprimento aos níveis de serviços exigidos para os subsistemas previstos no CONTRATO.
- 2.4.2. Todos os Equipamentos, Embarcações e Sistemas de Controle referidos no item 2.4.1 deverão estar operacionais, conforme padrões de funcionalidade dispostos no ANEXO 2.
- 2.4.3. Anualmente, durante os 5 (cinco) últimos anos de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP planilhas contendo informações sobre as manutenções, revitalizações e trocas de componentes realizadas nos Equipamentos, Embarcações e Sistemas de Controle referidos no item 2.4.

A - Sistema de Arrecadação

- 2.4.4. Os serviços de arrecadação compreendem a operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS visando (i) a cobrança de TARIFA, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia; (ii) o controle do tráfego de USUÁRIOS, durante 24 horas por dia; e (iii) o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados.

B - Sistemas de Comunicação e Relacionamento

- 2.4.5. Corresponde às funções operacionais composto por um Sistema de Telecomunicações, um Sistema de Comunicação com o USUÁRIO, uma rede de Painéis de Mensagens Variáveis e as redes de telecomunicações fixas e móveis, além da ouvidoria e demais canais de relacionamento com o USUÁRIO.
- 2.4.6. Deverão fazer parte da devolução e/ou transferência, todos os equipamentos do Sistema de Radiofonia (Estações Fixas, Estações Móveis, Estações Portáteis e Estações Repetidoras), do Sistema de Transmissão de Dados, do Centro de Controle Operacional (CCO), do Sistema de Comunicação com o Usuário (Emergência), do Sistema de Painel de Mensagens Variáveis (PMVfixo e PMVmóvel), Ouvidoria e demais Canais de Relacionamento com o USUÁRIO e Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o USUÁRIO via Rede de Dados (WiFi), conforme quantificados no ANEXO 3 e suas alterações, instalados e atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.

C - Sistema de Monitoração

- 2.4.7. Corresponde às funções operacionais composto por um Sistema de Monitoração da Operação, com equipamentos instalados nos principais pontos do SISTEMA DE TRAVESSIAS, integrados ao CCO através de sistema de transmissão de dados, em tempo real.

D - Equipamentos Operacionais e de Administração

- 2.4.8. Corresponde aos equipamentos instalados em edificações operacionais, tais como sede da CONCESSIONÁRIA e posto de atendimento ao usuário, necessários para o desenvolvimento das atividades ali praticadas.

2.4.9. Deverão fazer parte da devolução e/ou transferência, todos os equipamentos do tipo móveis e utensílios variados, incluindo computadores, notebooks, telefones e outros considerados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nas edificações citadas, instalados e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

2.4.10. Quando da devolução e/ou transferência, todos os equipamentos, EMBARCAÇÕES e Sistemas de Controle referidos nos itens 2.4.1 deverão estar operacionais.

2.5. Iluminação e ventilação

2.5.1. A iluminação e ventilação do SISTEMA DE TRAVESSIAS sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA deverá apresentar eficiência de 100% (cem por cento) na data de sua devolução e/ou transferência.

2.6. Instalações operacionais e equipamentos

2.6.1. Todas as instalações operacionais e de suporte do SISTEMA DE TRAVESSIAS, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidas até, no mínimo, a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

2.6.2. Entende-se como instalação operacional e de suporte:

- Estações Repetidoras de Rádio;
- Estações
- Centro de Controle de Operações; e
- Edifícios de Administração.

2.6.3. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, manutenção e conservação de cada um dos itens abaixo discriminados, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e especificações respectivas:

- Estruturas;
- Impermeabilizações;
- Alvenarias;
- Coberturas;
- Forros;
- Pisos;
- Revestimentos e acabamentos;
- Esquadrias e Vidros;
- Instalações hidráulicas/sanitárias, louças e metais, inclusive;
- Instalações de combate a incêndio;
- Instalações elétricas, lâmpadas, interruptores e espelhos, inclusive;
- Iluminação;
- Sinalização;

- Equipamentos Mecânicos e Eletromecânicos;
- Sistemas Moto geradores; e
- Equipamentos Eletrônicos.

2.7. Limpeza

- 2.7.1. Todo o SISTEMA DE TRAVESSIAS deverá estar totalmente limpo, isento de detritos, cargas derramadas, lixo e escória quando da devolução e/ou transferência do SISTEMA DE TRAVESSIAS.

3. Recebimento

3.1. Inspeção

- 3.1.1. Três anos antes do encerramento da CONCESSÃO PATROCINADA, a ARTESP formará e supervisionará uma COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, composta por representantes do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS e/ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS estabelecidas neste ANEXO.
- 3.1.1.1. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deve ser formada imediatamente, observado, no que for possível, a disciplina deste ANEXO.
- 3.1.2. Caso, no momento da formação da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto incluía nova concessão de parte, ou de todo, SISTEMA DE TRAVESSIAS objeto desta CONCESSÃO PATROCINADA, a SUCESSORA será automaticamente integrada à COMISSÃO a partir da data de homologação do processo licitatório.
- 3.1.3. A COMISSÃO elaborará, em até 120 (cento e vinte) dias contados da sua constituição, o primeiro Relatório de Vistoria e proporá à ARTESP, com a aprovação da CONCESSIONÁRIA e, se existente, anuência da SUCESSORA, os parâmetros que nortearão a DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS e/ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, no todo ou em parte.
- 3.1.4. O Relatório de Vistoria previsto no item 3.1.3 acima retratará a situação do SISTEMA DE TRAVESSIAS e poderá propor à ARTESP a necessidade de correções, antes de sua devolução ao PODER CONCEDENTE e/ou transferência à SUCESSORA.
- 3.1.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.
- 3.1.6. Tanto em caso de DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, quanto em caso de sua TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, deverão ser observadas as regras previstas no item 4 deste ANEXO.
- 3.1.7. Em caso de TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, a

COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP no mês anterior ao início da Operação Assistida prevista no item 4.2 deste ANEXO;

3.2. Relatórios Parciais e Final

- 3.2.1. A cada 3 (três) meses, a partir da aprovação do primeiro Relatório de Vistoria elaborado nos termos do item 3.1.3, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP um relatório parcial de execução dos trabalhos desenvolvidos (“Relatório Parcial de Execução”), bem como um relatório de acompanhamento da execução das obras em andamento e de monitoramento de pavimento, atestando a qualidade do trabalho desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA (“Relatório Parcial de Acompanhamento”).
- 3.2.2. Quando os trabalhos de correção dos ajustes apontados no Relatório de Vistoria forem finalizados, o Relatório será atualizado indicando as correções realizadas, constituindo o Relatório de Vistoria Atualizado.
- 3.2.3. Concluídas as obras de correção e os ajustes necessários e, após atualizado o Relatório de Vistoria, nos termos do item 3.2.2, acima, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá elaborar a cada de 3 (três meses) e submeter à aprovação da ARTESP, relatório parcial de manutenção das condições apresentadas no Relatório de Vistoria Atualizado (“Relatórios Parciais de Manutenção” e, em conjunto com Relatório Parcial de Execução dos Trabalhos e Relatório Parcial de Acompanhamento, “Relatórios Parciais”).
 - 3.2.3.1 Os Relatórios Parciais deverão também indicar a situação de eventual degradação dos demais BENS REVERSÍVEIS no período avaliado, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar todas as providências necessárias para manter os BENS REVERSÍVEIS em bom estado de uso, observadas as diretrizes deste ANEXO, com informação constante à ARTESP mediante compartilhamento dos Relatórios Parciais. Caso os Relatórios Parciais indiquem necessidade de realização de ajustes, o trâmite indicado nos itens acima deve ser repetido.
- 3.2.4. Com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO PATROCINADA, deverá ser entregue o Relatório de Inspeção Final que deverá descrever, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, bem como outras informações consideradas relevantes pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, com um parecer final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.
 - 3.2.4.1 A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO poderá, de comum acordo, optar pela contratação de RELATOR INDEPENDENTE para a elaboração dos relatórios previstos neste ANEXO, nos termos abaixo definidos.
 - 3.2.4.2 O RELATOR INDEPENDENTE poderá ser ouvido quanto às conclusões apresentadas nos relatórios elaborados, previamente à decisão da ARTESP.

- 3.3. O RELATOR INDEPENDENTE será escolhido via sorteio pela ARTESP entre um dos candidatos da lista tríplece apresentada pela CONCESSIONÁRIA, em prazo hábil para que possa atuar no âmbito dos procedimentos previstos neste ANEXO.
- 3.3.1. O RELATOR INDEPENDENTE e seus prepostos não poderão ter tido nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à constituição da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, nem poderão ter nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) posteriores à entrega do Relatório de Inspeção Final.
- 3.3.2. A elaboração da lista tríplece deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública.
- 3.3.3. A ARTESP poderá solicitar, a seu critério e por uma vez, a elaboração de nova lista tríplece em até 7 (sete) dias da apresentação da primeira lista tríplece pela CONCESSIONÁRIA que, no prazo 7 (sete) dias, deverá apresentar nova lista tríplece, substituindo os três candidatos a RELATOR INDEPENDENTE
- 3.3.4. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação e atuação do RELATOR INDEPENDENTE serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP, ao PODER CONCEDENTE e, ainda, à SUCESSORA, se houver.
- 3.3.5. Selecionado o RELATOR INDEPENDENTE pela ARTESP, este procederá, por si ou seus prepostos, às vistorias necessárias, bem como a própria elaboração dos relatórios previstos neste ANEXO.
- 3.3.6. Caso haja discordância, por qualquer um dos membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, em relação aos relatórios previstos neste ANEXO elaborados pelo RELATOR INDEPENDENTE, este poderá ser instado a se manifestar quanto aos métodos e resultados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua notificação, prorrogáveis mediante justificativa do RELATOR INDEPENDENTE.
- 3.3.7. Recebidos os relatórios produzidos no âmbito deste ANEXO, a ARTESP deverá instaurar processo administrativo para análise quanto ao conteúdo em tempo hábil para assegurar o prosseguimento dos trabalhos nos prazos previstos.
- 3.4. Termo de Recebimento Provisório
- 3.4.1. O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO deverá ser assinado no último dia de vigência do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP, com participação da SUCESSORA, quando pertinente, configurando assim o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 3.4.2. Havendo condições previstas neste ANEXO pendentes de atendimento pela CONCESSIONÁRIA, estas deverão ser cumpridas segundo os regimes a seguir estabelecidos:

- a) Em caso de DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS ao PODER CONCEDENTE, o cumprimento das condições pendentes dar-se-á conforme cronograma a ser estabelecido pela ARTESP, sempre observada a alocação de riscos e o equilíbrio econômico-financeiro;
- b) Em caso de TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, caso não seja viável o cumprimento das condições pendentes até o termo contratual, o montante a elas equivalente poderá ser convertido em indenização a ser paga diretamente pela CONCESSIONÁRIA à SUCESSORA ou ao PODER CONCEDENTE e calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO que se encerra.

3.5. O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.

3.5.1. Na hipótese de eventuais correções ou substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO deverá indicar, de forma motivada, o prazo para a sua execução.

3.5.2. A ARTESP poderá determinar, no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, a entrega da documentação técnica e administrativa, bem como o repasse das orientações operacionais relativas aos SERVIÇOS DELEGADOS que ainda não tiverem sido entregues ou repassados pela CONCESSIONÁRIA.

3.5.3. As correções e substituições realizadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de retornar os BENS REVERSÍVEIS às condições de uso, atualização tecnológica e manutenção, assegurados os termos e limites do CONTRATO e deste ANEXO, não gerarão direito a indenização ou compensação em seu favor.

3.5.4. A comprovação da não realização das correções e substituições previstas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO implicará a fixação de indenização a favor do PODER CONCEDENTE, em valor correspondente aos serviços não realizados, além da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento contratual.

3.5.5. Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar, no prazo fixado no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, todos os bens utilizados na CONCESSÃO que não forem qualificados como BENS REVERSÍVEIS.

3.6. Transferência Provisória à SUCESSORA

3.6.1. A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO implica a transferência da operação e manutenção do SISTEMA DE TRAVESSIAS, ou parte dele, à SUCESSORA, conforme ato de adjudicação do objeto da respectiva licitação vencida, mas não exime a CONCESSIONÁRIA da responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente da garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.7. Termo de Recebimento Definitivo

3.7.1. Decorrido o período de observação de 6 (seis) meses, contados do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, será lavrado o TERMO DE

RECEBIMENTO DEFINITIVO do SISTEMA DE TRAVESSIAS. Se nesse prazo estiverem atendidos todos os requisitos previstos neste ANEXO, o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO informará a regularidade e autorizará a liberação da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

- 3.7.2. Se, ao final de 6 (seis) meses contados do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, a CONCESSIONÁRIA comprovadamente não tiver cumprido todas as condições previstas neste ANEXO, o PODER CONCEDENTE deverá ser indenizado e/ou a GARANTIA DE EXECUÇÃO fornecida pela CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO será executada de modo a garantir o valor necessário à adimplência da CONCESSIONÁRIA.

3.7.2.1. Em caso de devolução do SISTEMA DE TRAVESSIAS ao PODER CONCEDENTE, será executada a GARANTIA DE EXECUÇÃO, em montante calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO que se encerra.

3.7.2.1. Em caso de TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS, na hipótese em que tenha sido atribuída à SUCESSORA a responsabilidade pela correção de falhas, o montante da indenização devida será comprovado pela SUCESSORA mediante instauração de processo administrativo próprio, no âmbito do qual a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar.

3.7.2.1. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

- 3.7.3. Para os fins do cálculo da indenização prevista neste ANEXO, deverão ser utilizados outros parâmetros como, por exemplo, os utilizados e publicados em revistas de engenharia nacionais e internacionais ou, caso indisponíveis, poderá ser realizada cotação no mercado, com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, a critério da ARTESP e do PODER CONCEDENTE.

4. Transição

4.1 Obrigações da CONCESSIONÁRIA

- 4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS, bem como para a boa operacionalização da transição do SISTEMA DE TRAVESSIAS ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:

- i. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas no SISTEMA DE TRAVESSIAS ao longo de toda a CONCESSÃO, cadastro de elementos viários e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou pela ARTESP;
- ii. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;

- iii. Disponibilizar demais informações sobre a operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS;
- iv. Cooperar com a SUCESSORA e/ou com a ARTESP para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- v. Permitir o acompanhamento da operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela SUCESSORA;
- vi. Promover o treinamento de empregados da SUCESSORA, relativamente à operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS;
- vii. Colaborar com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos no processo de transição;
- viii. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela SUCESSORA;
- ix. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da SUCESSORA, nesse período;
- x. Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;
- xi. Interagir com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS;
- xii. Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP;
- xiii. Disponibilizar, no prazo determinado pela ARTESP, vídeo-registro georreferenciado mais recentemente realizado e demais documentos que constituam os INVENTÁRIOS mais atualizados, que serão mantidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
- xiv. Disponibilizar pares de usuário e senha para acesso aos Sistemas Digitais de acompanhamento, gestão e gerenciamento de projetos, demandas e atividades operacionais, para permitir que a SUCESSORA tenha acesso aos dados necessários à perfeita operação e continuidade da prestação do SERVIÇO ADEQUADO no SISTEMA DE TRAVESSIA .
- xv. Comercializar TÍTULOS DE VIAGEM até o último dia de Operação Assistida, ou data anterior indicada pela ARTESP;
- xvi. Nos últimos 6 (seis) meses de execução contratual, a Concessionária deverá depositar em conta específica todos os valores decorrentes de Sistemas de Arrecadação que gerem créditos de utilização superveniente, nos termos do ANEXO 06; e
- xvii. Transferir à Sucessora, após a Operação Assistida, valor equivalente aos créditos não utilizados por usuários dos sistemas de aquisição de que trata o item acima.

4.2 Ações de Operação Assistida do SISTEMA DE TRAVESSIAS:

- 4.2.1 Nos últimos 3 (três) meses de vigência do CONTRATO da CONCESSIONÁRIA, a SUCESSORA, com o prévio conhecimento e aquiescência da CONCESSIONÁRIA e da ARTESP, poderá alocar pessoal no acompanhamento da operação e manutenção do SISTEMA DE TRAVESSIAS, a fim de se familiarizar com a operação, objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.

4.3 Solução de Conflitos na fase de Transição

- 4.3.1 Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, bem como em face das decisões da ARTESP, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente à ARTESP, com cópia para os demais membros, em até 15 (quinze) dias do ato questionado, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressalvados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.
- 4.3.2 As manifestações apresentadas serão analisadas pelo corpo da ARTESP, em até 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento.
- 4.3.3 Sem prejuízo do disposto nos itens 3.3.6 e 4.3.1 acima, em caso de discordância da ARTESP quanto ao conteúdo dos Relatórios, inclusive se elaborados por RELATOR INDEPENDENTE, as divergências poderão ser dirimidas pelos métodos de resolução de conflito previstos no CONTRATO.
- 4.3.4 A decisão do Conselho Diretor da ARTESP sobre o inconformismo do(s) membro(s) da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO tem força vinculante para esta, que deverá adotar, imediatamente após sua intimação, as medidas determinadas, visando à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, se antes do final da CONCESSÃO PATROCINADA, ou do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, se durante o período de observação.
- 4.3.4.1 Não obstante o disposto acima, em caso de pronunciamento desfavorável à decisão do Conselho Diretor da ARTESP no âmbito dos métodos de resolução de conflito, com base no procedimento previsto no item 4.3.4, acima, eventuais prejuízos deverão ser devidamente reparados à parte lesada, desde que seja comprovadamente demonstrado que decorreram diretamente da decisão do Conselho Diretor da ARTESP.
- 4.3.5 A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, inclusive dos Relatórios de Vistoria, observado o disposto no item 4.3.3, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições do SISTEMA DE TRAVESSIAS, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá ser tratado conforme disposição contratual da futura concessão.

- 4.3.6 É vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do presente CONTRATO, bem como a imposição de qualquer ônus não decorrente do CONTRATO, à CONCESSIONÁRIA, no período de transição.
- 4.3.7 Toda e qualquer definição conjunta entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA, referente ou não à fase de transição, e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do serviço concedido, deverá ser comunicada à ARTESP, mas não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA, nem poderá implicar qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE.
- 4.3.8 É permitida, também, a composição entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA quanto aos bens que integram a CONCESSÃO PATROCINADA e que deverão ser transferidos diretamente à SUCESSORA, desde que tal composição seja previamente aprovada pela ARTESP e não implique qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE ou à qualidade da prestação de serviço ao usuário, razão pela qual dela não derivará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA.